RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E SUGESTÕES DA CT-RN EM RELAÇÃO À APRESENTAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO DA HIDROVIA NA BACIA DO PIRACICABA – REUNIÃO CONJUNTA DE CÂMARAS TÉCNICAS.

Local: DAE de Santa Bárbara do Oeste

Data: 30 de janeiro de 2014.

Participantes da CT-RN na reunião e integrantes do grupo técnico de discussão

Rinaldo de O. Calheiros

Cláudia Grahber

Walter Becari

Henrique Bellinaso

João Demarchi

Michele Stadeotto

Luciano Monferrari

Mônica Tortelli

Eduardo M. Campos

Natalia Fernandes Rionco

Cláudia Debroi de Campos

De acordo e em atendimento da Resolução 5408 da Secret. de Recursos Hídricos, o grupo técnico da CT-RN, após as apresentações do Grupo de Elaboração do Projeto da Hidrovia da Bacia do Piracicaba, seguidas de perguntas e resposta, de modo geral entendeu que os esclarecimentos técnicos foram, em várias questões discutidas, superficiais, insuficientes e passíveis de questionamentos técnicos.

Foi demonstrada muita atenção, boa vontade e disposição por parte do Grupo de Elaboração do Projeto da Hidrovia tendo sido a discussão técnica prejudicada pela exigüidade de tempo.

Algumas questões específicas foram destacadas como ainda por serem satisfeitas:

- As respostas relativas aos sedimentos, parte orgânica, eutrofização e seus efeitos não foram inquestionáveis. Faltaram afirmações e esclarecimentos cabais em relação à limnologia. Também foi declarada a dificuldade de acesso aos documentos do projeto, já reclamada anteriormente e não regularizada como o esperado e necessário.

- De modo geral, as declarações de impacto foram muito superficiais faltando, no EIA, em vários itens, as informações de quanto, quando e quem irá realizar a mitigação. Foi declarado o sentimento de que espera-se a realização da obra para então identificar como ocorreu e, daí sim, estabelecer-se a mitigação.

- Foi identificado, como ponto positivo, a resposta e esclarecimentos sobre a interferência nas áreas urbanas.

- Diante da declaração do Grupo de Elaboração do Projeto da hidrovia de que a área de inundação será menor do que o apontado no EIA, questionou-se os novos dados técnicos, uma vez que essa mudança de área altera tudo, tanto em relação à escala de grandeza dos impactos, custos do empreendimento, elenco de ações necessárias e outras.

- entende-se que alguns custos de ações mitigatórias estão muito minimizadas e/ou dimensionadas, como por exemplo, o valor de apenas R\$ 25.000,00 para reflorestamento perante a grandeza da área do projeto. Solicita-se recálculo e a planilha de custos. Nesse item, quando questionado, os esclarecimentos foram insuficientes.

- De modo geral entendeu-se que as análises e proposições dos 31 programas de mitigação estão muito superficiais carecendo de profundidade, cronograma de execução mais bem definido e responsabilidades de execução.

- Entende-se que instituições e pessoas a serem diretamente afetadas deveriam ser contatadas para terem mais participação na definição de estratégias técnicas, como é o caso do Conselho de Gestão da Unidade de Conservação de Barreiro Rico que ainda não foi procurada.

- Uma vez que parte são questões concordantes com as da CT-RN, foi solicitado que sejam respondidas as 17 Sugestões/Questionamentos encaminhadas pelo Ministério Público.

- Considerou-se que o levantamento da fauna aérea relacionada no EIA deva ser adequado, tendo sido considerado muito parcial, quando cotejado pelos estudos desenvolvidos pelo Centro de Estudos Ornitológicos – CEO no qual há identificação de 282 espécies de aves sendo algumas em risco de extinção. Nesse estudo foram utilizados dados secundários de estudos realizados de 1998 a 2013, além de levantamentos realizados pelo CEO durante o Censo Neotropical de Aves Aquáticas e visitas informais com associados, sendo disponibilizados, dentre outras, informações sobre hábitos, migração, reprodução, grau de risco, etc. O documento vai anexado a esse Relatório (na cópia impressa encaminhada à Secretaria Executiva do Comitê) para a devida apreciação e contribuição.

- Entende-se que faltam definições técnicas sobre as interfaces entre o empreendimento hidrovial da Bacia do PCJ e o empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Anhembi” que preconiza, também, a construção de uma represa sendo o corpo hídrico afetado até Salto de Itu. Entende-se que isso promove uma perturbação regional ainda maior, co-interferentes e que, dado a hidrologia comunicante, deveria ser abordado no bojo de discussão da hidrovial do PCJ.

- Entende-se que muito pouco foi apresentado, declarado e discutido sobre a área de possível compensação, situada entre Barreiro Rico e o Rio de Piracicaba que, pela grandeza, mereceria uma consideração e discussão maior do que vem sendo destinadas. Verificou-se, a princípio, que essa área não consta do EIA, tendo sido apresentada, tão somente, nas Audiências Públicas.

- Questionou-se que o previsto Acesso Provisório a ser construído adjacente à Floresta do Barreiro Rico provocará significativo impacto adicional promovendo interrupção de passagem da fauna.

- No bojo de discussão dos impactos e coerente com o estabelecido na Resolução 5408, que preconiza a discussão e apresentação de alternativas de menor impacto, entendeu-se que deve ser sugerida uma reunião específica sobre a alternativa Ferrovia x Hidrovial, bem como a definição da efetivação do tronco ferroviário para escoamento, de Ártemis,

uma vez que, se não efetivado, o transporte terá que ser rodoviário com o conseqüente impacto ambiental adicional.

- Entende-se que deva ter melhor esclarecimento sobre previsão de Compensação dos 12 impactos relacionados à Rede de Transmissão de Energia.

- Entende-se que, diante da ponderação por parte do Grupo de Elaboração do Projeto da Hidrovia de que não há forma efetivas de compensação das áreas de várzea que serão inundadas, no que se refere às suas funções ecológicas específicas e únicas (dentre elas, a reprodução, refúgio, alimentação da ictiofauna do rio Piracicaba), bem como diante do fato da área de várzeas e lagoas do Tanquã ser hoje o principal e, talvez, único sítio de repovoamento da ictiofauna desse rio, deve ser mais bem estudado esse impacto e alternativas tecnológicas de mitigação, além daquelas apresentadas na reunião que entende-se serem, absolutamente insuficientes e não adequadas.

- Entende-se que algumas afirmações técnicas devam ser revistas ou mais bem esclarecidas uma vez que parecem fugir da lógica científica e hidrológica. Dentre elas a de que haverá um aumento inicial da população de peixes na área alagada e que a qualidade da água que sairá pela represa será melhor do que a que hoje se apresenta na região do Tanquã. No primeiro caso, não deve ser esquecido que não se trata da construção de uma barragem em área reflorestada e não já impactada, como na Amazônia; no segundo, toda a hidrologia do trecho anterior ao Tanquã, bem como a localização dos pontos de despejo de esgoto, hoje favorece a uma autodepuração (que resulta numa qualidade de água superior que todo o restante trecho do Piracicaba) deixará de existir, sendo substituído por um regime de fluxo lântico com todos os seus agravantes e que a atribuída deposição de elementos eutrofizantes parece não poder compensar.

Sendo isso o que se apresenta.